

FORUM CeSPI

A América Latina na era das extremas direitas e da doutrina “Donroe”: uma virada geopolítica?

De **Camillo Robertini**: Observatório América Latina e Caribe do CeSPI e Universidade de Messina.

1. Uma virada duradoura?

Nos últimos anos, a ascensão de governos de extrema direita reconfigurou as dinâmicas políticas e as perspectivas geopolíticas da América Latina e, com elas, também as relações interamericanas. A ênfase no adjetivo “novas”, frequentemente associado às “direitas latino-americanas”, expressa uma avaliação sobre a qual cientistas políticos e especialistas convergem em grande medida. Surgidos globalmente como resposta à incapacidade das democracias e das forças progressistas de enfrentar os problemas estruturais dos diferentes países, esses movimentos pretendem redefinir profundamente as bases sobre as quais elas se sustentam.

Assistimos, cada vez mais, à tentativa – ao menos no plano discursivo – de refundar o Estado em uma perspectiva neoliberal ou neoconservadora, por meio de cortes generalizados nos gastos públicos, da promoção de um individualismo extremo e de uma retórica anticomunista e antiprogressista, acompanhadas também de um ataque sem precedentes ao multilateralismo. Na retórica desses movimentos, aparece com insistência crescente a necessidade de abandonar o chamado “Estado presente” e as políticas sociais, deixando que a mão invisível do mercado regule a economia e as relações entre trabalhadores e empregadores.

Em poucos anos, a América Latina, frequentemente objeto de atenção e de expectativas para além de suas fronteiras por fenômenos como a “maré rosa”, os resultados alternados da Esquerda do Século XXI e os protestos sociais, passou a ser associada à motosserra do presidente argentino Javier Milei e ao megacárcere construído por Nayib Bukele em El Salvador.

Essa mudança, tão evidente quanto repentina, faz parte de um fenômeno ao mesmo tempo transnacional e local: transnacional porque existe uma articulação entre os líderes da extrema direita na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina; e local porque esses líderes se inserem nas dinâmicas políticas e nas especificidades das diferentes sociedades em que atuam.

Muitos se perguntam sobre a provável duração desses fenômenos: seriam eles apenas um parêntese no percurso das democracias que emergiram após as ditaduras das décadas de 1970 e 1980 ou representam um fenômeno com o qual teremos de conviver nos próximos anos, ou até mesmo nas próximas décadas?

É mais do que legítimo perguntar se a América Latina se encontra diante de uma nova inflexão em sua história política e se - como temos observado desde o início do segundo mandato de Trump - a região voltará à esfera de influência dos Estados Unidos em nome da doutrina “Donroe” - uma fusão entre a doutrina Monroe, do século XIX, e a de Trump - após mais de vinte anos em que China, Rússia, a União Europeia e a cooperação Sul-Sul pareciam representar uma alternativa à marcante presença norte-americana no subcontinente.

2. Quatro questões em aberto

Partindo desse contexto, o Observatório América Latina e Caribe do CeSPI propõe uma reflexão sobre as razões e os limites dessa virada. Para isso, formulamos quatro questões e convidamos pesquisadoras e pesquisadores, especialistas em estudos latino-americanos, história, economia, relações internacionais e ciência política a contribuir para esse debate.

1. Em primeiro lugar, pretendemos estimular reflexões sobre **a nova política para a América Latina inaugurada por Trump**. A partir da intervenção militar que resultou na captura e na transferência do presidente Nicolás Maduro para os Estados Unidos, abriu-se uma nova fase na qual os Estados Unidos voltaram a reivindicar sua primazia nas Américas.

Um exemplo disso é a publicação da Estratégia de Segurança Nacional (*National Security Strategy*), por meio da qual, em dezembro de 2025, os Estados Unidos afirmaram, de forma explícita, a intenção de defender seus interesses nas Américas, mesmo em detrimento da soberania de países como Cuba e Panamá, que passaram a ser alvo de fortes pressões.

Em que medida a doutrina “Donroe”, que remete de forma bastante clara à Doutrina Monroe de dois séculos atrás, pode ser interpretada como uma tentativa de reafirmar a supremacia dos Estados Unidos, sobretudo em relação a competidores como China e Rússia? Após trinta anos de redução da influência norte-americana na região, a doutrina “Donroe” representa uma tentativa de reequilibrar a presença da China e da Rússia após um longo período de relativo afastamento dos Estados Unidos?

A atualização da doutrina norte-americana e o abandono da centralidade dos direitos humanos, da democracia e da autodeterminação dos povos abrem caminho para uma aliança entre líderes cada vez mais autocráticos e os Estados Unidos, em nome de interesses políticos e econômicos.

Perguntamo-nos, nesse sentido, se o vigoroso retorno dos Estados Unidos aos assuntos latino-americanos está ligado apenas ao governo Trump ou se se tornará um elemento estrutural da política norte-americana para o subcontinente. A aliança entre Trump e os líderes das novas direitas de países como Argentina, Chile, El Salvador e Colômbia contribuirá para uma intensificação da política de poder dos Estados Unidos?

A ação de força contra a Venezuela e as pressões sobre Cuba e Panamá representam o fim do direito internacional tal como o conhecíamos? A nova política norte-americana visa conter Rússia e China, mas qual será o papel reservado à União Europeia? O acordo União Europeia–Mercosul poderá oferecer à região uma alternativa e apoiar um modelo distinto de desenvolvimento ou está destinado a sucumbir à pressão de Washington?

2. Em segundo lugar, gostaríamos de refletir sobre o **papel desempenhado pelas novas direitas latino-americanas** nesse contexto de **inversão das relações de força na região**. Como diversos autores têm destacado, a retórica que frequentemente acompanha os líderes dessas correntes nem sempre é acompanhada por ações concretas de governo. Ainda assim, após a intervenção norte-americana na Venezuela, a maior parte desses líderes - como Milei, Kast e Bukele - aplaudiu a ação dos Estados Unidos.

Da mesma forma, as ameaças dirigidas ao regime cubano, à soberania do Panamá sobre o Canal do Panamá e ao México não encontraram oposição por parte daqueles presidentes latino-americanos que parecem estar plenamente alinhados com a agenda do secretário de Estado Marco Rubio. À primeira vista, a proximidade ideológica entre as novas direitas, Trump e o movimento MAGA (*Make America Great Again*) parece contribuir para um alinhamento substancial da América Latina ao novo corolário da política norte-americana, uma novidade em termos geopolíticos desde o fim da Guerra Fria.

Perguntamo-nos se o alinhamento entre Trump e os líderes latino-americanos que se identificam com as diferentes variantes do movimento MAGA poderá lançar as bases para uma redefinição das relações interamericanas. Essa renovada sintonia poderá representar o início de uma fase marcada por um extrativismo de matriz norte-americana na região?

Na medida em que a aliança entre Washington e os diferentes países da América Latina se fortaleça, que espaço poderão ocupar atores tradicionalmente contrários aos Estados Unidos, como as forças progressistas e os movimentos populistas de esquerda? E qual poderá ser o papel do Brasil de Lula que, isolado entre governos alinhados a Washington e alvo das pressões tarifárias norte-americanas e da hostilidade dos governos de direita, permanece como o principal contraponto regional e a principal porta de entrada dos BRICS no subcontinente?

3. Os temas anteriores conduzem à terceira questão sobre a qual gostaríamos de promover um debate, ou seja, **o ataque sistemático ao multilateralismo**. Desde o segundo mandato de Trump, observa-se a afirmação de uma concepção de soberania nacional entendida estritamente em termos de antagonismo ao sistema multilateral. A doutrina “Donroe”, as ameaças em relação à Groenlândia e a guerra contra o Irã são peças de um mesmo mosaico, no qual parece não haver espaço para a política do diálogo e da negociação, mas apenas para a política de poder.

Nesse sentido, parece haver um consenso em torno da necessidade de superar o atual sistema internacional e substituí-lo por outro baseado exclusivamente na força militar. Não por acaso, tanto os líderes das novas direitas latino-americanas quanto Trump afirmaram, em diversas ocasiões, que a ONU seria uma instituição “inútil” ou uma “perda de tempo”, assim como a Organização Mundial da Saúde e o Acordo de Paris, que, de forma inesperada, passaram a figurar entre seus principais alvos.

Milei, assim como o ex-presidente Jair Bolsonaro e Bukele, compartilham com Trump a visão de que esses organismos internacionais foram capturados pelo chamado “marxismo cultural” e fazem parte de uma conspiração pouco definida contra a soberania de seus países. É justamente dessa hostilidade em relação ao multilateralismo e à política de concertação internacional - catalisada na demonização da Agenda 2030 - que nasce a tentativa desses líderes de construir um multilateralismo alternativo, do qual o chamado “Board of Peace” representa a expressão mais explícita.

Diante de um cenário que evidencia uma nova desordem mundial, perguntamo-nos se o recurso à política de poder e ao unilateralismo poderá representar a “nova” forma pela qual serão conduzidas as relações internacionais.

Será possível enfrentar os desafios das mudanças climáticas, do aumento das desigualdades e do desenvolvimento desigual na América Latina prescindindo da concertação entre as nações? Em que medida a institucionalidade, mais ou menos consolidada, das democracias liberais conseguirá suportar o peso de uma ofensiva que parece corroê-las dia após dia?

Por fim, em que medida os discursos contra a democracia parlamentar, a “casta política” e o establishment correm o risco de levar essas democracias a deslizar em direção a democracias autoritárias?

4. A quarta e última questão sobre a qual pretendemos promover um debate diz respeito às **motivações profundas da virada política vivida pela América Latina** na atualidade e, em particular, às **responsabilidades que os governos progressistas** tiveram na preparação do terreno para essa ampla reconfiguração. Não é segredo que, para além das eficazes estratégias de comunicação empregadas pelas novas direitas, que frequentemente conseguiram atrair jovens e setores populares, parte de seu triunfo pode ser interpretada como resultado do fracasso dos governos progressistas anteriores.

Tanto a “maré rosa” quanto a Esquerda do Século XXI, em última análise, não conseguiram resolver os problemas estruturais das principais economias latino-americanas. Assim, as desigualdades, a insegurança, o trabalho informal e as expectativas frustradas das classes médias lançaram as bases para uma involução política sem precedentes.

As próprias políticas econômicas dos governos progressistas também contribuíram para deixar sem solução as fragilidades estruturais da economia latino-americana, sobretudo a dependência da exportação de matérias-primas. Foi assim que, a cada oscilação nos preços das matérias-primas, as economias dos principais países da região sofreram seus efeitos.

A questão das matérias-primas - da soja, do trigo, mas também do lítio, das terras raras e do petróleo - insere a disputa pelo controle da América Latina em um contexto mais amplo, no qual Estados Unidos, China e Rússia disputam a hegemonia na região.

Em um cenário complexo, no qual a política de poder reduz os espaços de ação dos diferentes países, de que maneira eles poderão atuar e responder aos inúmeros problemas de suas economias? Em que medida a fase descendente do progressismo latino-americano pode ser interpretada à luz da evolução da macroeconomia e do comércio exterior?

Quais interesses econômicos globais estão em jogo na América Latina e por que, em poucos anos, essa região do mundo passou a ocupar uma posição central nas disputas entre as principais potências? Diante dos limites evidentes das políticas econômicas adotadas pelos governos progressistas, para qual modelo de desenvolvimento as novas direitas projetam a região com sua concepção de um Estado reduzido?

O CeSPI, por meio de seu Observatório América Latina e Caribe, vem acompanhando essas questões há bastante tempo. Disso são exemplo o Caderno nº 3, organizado por Dario Conato em 2020, intitulado “América Latina: um continente em ebulição”, publicado pela editora Donzelli; mais recentemente, o ciclo de webinars A América Latina Hoje, no qual diversos especialistas internacionais debateram os temas que pretendemos desenvolver; e a publicação quinzenal do Taccuino Latino-Americano.

Convidamos as participantes e os participantes a refletirem sobre os temas propostos neste texto introdutório e a contribuírem para o debate com análises, reflexões e propostas acerca das transformações políticas e geopolíticas que vêm impactando a América Latina.

INDICAÇÕES EDITORIAIS

Convidamos as participantes e os participantes do Fórum a enviar suas contribuições, com extensão máxima de 15.000 caracteres (incluindo os espaços), para os seguintes endereços de e-mail: barbara.debenedictis@cespi.it e cespi@cespi.it.

Para facilitar o trabalho de edição, pedimos que eventuais referências bibliográficas sejam inseridas diretamente no corpo do texto.